

A GESTÃO MUNICIPAL E A GESTÃO ESCOLAR: ARTICULAÇÕES NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS EM SERRA/ES

MUNICIPAL MANAGEMENT AND SCHOOL MANAGEMENT: ARTICULATIONS IN INCLUSIVE EDUCATIONAL PRACTICES IN SERRA/ES

Rayner Raulino e Silva¹
Geisa Hupp Fernandes Lacerda²
Anna Lívia Ferreira da Silva³

Resumo: Este trabalho trata-se de um processo de investigação sobre os desafios para os movimentos educacionais inclusivos presentes no contexto educacional da Rede Municipal de Educação da Serra no estado do Espírito Santo durante o período crítico da epidemia do Novo Coronavírus (Covid-19). Tem como objetivo geral compreender as influências entre a gestão municipal de educação com a gestão escolar sobre as práticas educacionais inclusivas. Pois, umas das problemáticas é a de entender a importância dos diferentes processos gerenciais no âmbito educacional do contexto brasileiro. Assim, para chegar a esse objetivo este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, que ocorreu entre os anos de 2020 a 2022, através da aplicação de questionário produzido pelo Google Formulário. Participaram dessa pesquisa duas assessoras pedagógicas e três gestores escolares (em função de direção escolar). Com as respostas produzidas identificamos as relações entre o sistema de ensino com o contexto escolar influenciaram diretamente as práticas educacionais inclusivas, pois, há um trabalho de colaboração e assessoramento que garante a efetivação de um trabalho pedagógico coletivo. Dessa forma, ao realizarmos essa pesquisa, foi possível identificar que os contextos escolares não estiveram parados, os profissionais da educação estavam em constantes movimentos para a garantia, no possível, para a continuidade dos desenvolvimentos dos diferentes educandos. Por fim, concluímos que tudo que se faz na escola em si, é uma prática social, sendo assim a função do educador é dar sentido as práticas sociais através do conhecimento apresentado, contribuindo para formação intelectual e pessoal do discente, visando a sua emancipação social.

¹Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Professor e Coordenador do Curso do Centro Universitário do Espírito Santo/Unesc Campus Serra. Membro do Grupo de Pesquisa: Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). Espírito Santo, Brasil. E-mail: raynerraulino@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9023-5596>

²Mestra em Ciências Sociais da Religião (PPCR- Unida). Docente do Centro Universitário do Espírito Santo (Unesc). Membro do Grupo de Pesquisa Religião, Gênero, Violência: Direitos Humanos (CNPq). Espírito Santo, Brasil. E-mail: ge.lacerda@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8619-6144>

³Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC) campus Serra. Bolsista de Iniciação Científica do projeto intitulado 'Cartografando as práticas educacionais inclusivas no município de Serra/ES'. Espírito Santo, Brasil. E-mail: ferreiraliviaanna13@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2872-3056>

Palavras-Chave: Gestão Educacional, Gestão Escolar, Educação Especial, Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado.

Abstract: This work is an investigation process on the challenges for inclusive educational movements present in the educational context of the Municipal Education Network of Serra in the state of Espírito Santo during the critical period of the epidemic of the New Coronavirus (Covid-19). Its general objective is to understand the influences between municipal education management and school management on inclusive educational practices. Well, one of the problems is to understand the importance of the different managerial processes in the educational scope of the Brazilian context. Thus, to reach this objective, this study is a qualitative research, through a case study, which took place between the years 2020 to 2022, through the application of a questionnaire produced by Google Form. Two pedagogical advisors and three school managers (in function of school management) participated in this research. With the responses produced, we identified the relationships between the education system and the school context that directly influenced inclusive educational practices, as there is a collaboration and advisory work that guarantees the effectiveness of a collective pedagogical work. Thus, when carrying out this research, it was possible to identify that the school contexts were not at a standstill, education professionals were in constant motion to guarantee, as far as possible, the continuity of the development of different students. Finally, we conclude that everything that is done in the school itself is a social practice, so the educator's function is to give meaning to social practices through the knowledge presented, contributing to the intellectual and personal formation of the student, aiming at their social emancipation.

Keywords: Educational Management, School Management, Special Education, Inclusive Education, Specialized Educational Assistance.

Introdução

Este trabalho trata-se de um processo de investigação sobre os desafios para os movimentos educacionais inclusivos presentes no contexto educacional da Rede Municipal de Educação da Serra no estado do Espírito Santo. Visa compreender as articulações entre a gestão municipal de educação com a gestão escolar sobre as práticas educacionais inclusivas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Pois, umas das problemáticas para as práticas educacionais inclusivas são a de entender a importância dos diferentes processos gerenciais no âmbito educacional do contexto brasileiro. Assim, discutiremos no próximo tópico alguns trabalhos que versam sobre a temática aqui discutida.

Revisão De Literatura

A inquietação nos processos que garantam a inclusão, traz ao gestor preocupações em relação aos processos formativos, para que os sujeitos participantes sejam tocados a repensarem suas práticas e que estimulem a relação teoria e prática, entre as políticas, teóricas e o dia-a-dia. No caso, saber gestar está além de delegar ações e sim estar junto na promoção de ações inclusivas.

Nessa produção de conhecimento do ser gestor, um trilha a ser percorrido é a produção de formações continuadas ou contínuas, bem como os processos de inclusão. No Espírito Santo, pesquisas (ALMEIDA, 2004; ALMEIDA, SILVA, ALVES, 2017; JESUS, 2007, 2008; SILVA, ALMEIDA, 2014) nos indicam preocupações relacionadas ao assunto e fragilidades nos sistemas municipais e estadual de educação, bem como em seus profissionais.

Por meio da análise das pesquisas nacionais com a temática, no estado do Espírito Santo, estudos foram realizados que constataram barreiras nos contextos educacionais para os profissionais que atuam nos sistemas municipais de gestão pública da Educação Especial, na sistematização e aplicação de planos de ações e intervenções com a temática de formação continuada de profissionais da educação na perspectiva da inclusão escolar (ALMEIDA; JESUS; CUEVAS, 2013). Essa realidade evidenciou dificuldades na implementação de políticas que garantam processos de escolarização às pessoas, público alvo da Educação Especial.

Os estudos nos levam a identificar o quão importante a articulação entre os assessores pedagógicos (que atuam nas secretarias de educação) com os gestores escolares (equipe pedagógica da escola) como grupo, pois, é importante, no sentido de promover diálogo e ações colaborativas, entre elas de formações continuadas, primordialmente, como nos aponta Almeida (et. al., 2012, p.16), “[...] que o início de todo o processo de conscientização e mobilização do movimento de Inclusão passa pelo preparo do professor, seja ele, em primeiro plano, do Ensino Regular, seja ele especialista”. Nessa direção as colaborações são primordiais para a garantia de processos educacionais inclusivos.

Referencial Teórico-Metodológico

Entendemos a necessidade e urgência de se falar em inclusão, visto que com o advento da modernidade emergem na sociedade demandas as quais o(a) professor(a) está como mediador(a), portanto também se insere como ator(a) e autor(a) dos processos educativos. Nesse cenário, o educador não pode ser esquecido, deve-se pensar meios e formas para haver formação continuada, preparação física do ambiente escolar para receber os diferentes corpos (físicos e sociais) existentes na sociedade atual e que estão chegando no ambiente escolar, devem ser recebidos e acolhidos assim como os demais na unidade regular de ensino.

chegar a esse objetivo este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo caso, por meio da aplicação de questionário produzido pelo Google Formulário.

De acordo com os estudos de Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa, não se baseia na contabilização de quantidades como resultados, é baseada na compreensão de um comportamento de um determinado público-alvo. Por isso, a nossa pesquisa qualitativa foi apresentada através de um relatório, focando no ponto de vista dos participantes da pesquisa, para entendermos as influências entre a gestão municipal de educação com a gestão escolar para o enfrentamento dos desafios da/na aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial em tempos de pandemia (2020 a 2022) no contexto da educação municipal de SERRA/ES.

Para tanto, participaram da pesquisa dois grupos de profissionais distintos entre si. O primeiro grupo foi a de assessoras pedagógicas⁴ que atuam diretamente na Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Serra e o segundo grupo de três gestores escolares (em função de direção escolar).

É importante salientar que o contexto atual municipal da educação especial em Serra/ES apresenta algumas peculiaridades. Destacamos principalmente o grande número

⁴ Dentre outras incumbências, cabe ao assessor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Serra: “[...] a) realizar assessoramentos às Unidades de Ensino para fins de orientação aos diretores, pedagogos, professores e demais profissionais, quanto aos documentos legais da Educação Especial” (SERRA, 2016, p. 15).

de instituições públicas, sendo que o mesmo possui 143 instituições escolares sendo assim distribuídas: Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI): 75; Escolas com Ensino Fundamental (diurno): 68; Escola de Tempo Integral: 3. Já no quantitativo de matrículas o município possui: 65.709, assim distribuídas: Nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI): 20.357 alunos; No Ensino Fundamental (diurno): 42.276 alunos; Na Educação de Jovens e Adultos: 1.519 alunos; e, em tempo integral: 1.557 alunos (SERRA, 2022). Já em relação aos alunos público-alvo da educação especial (PAEE) matriculados. Apresentamos a seguir o quadro com o quantitativo atual:

Tabela 1: CONHECENDO A REDE - ESTUDANTES PAEE

Estudantes público-alvo da Educação Especial - 2021				
ÁREA		EMEF	CMEI	Total por área
Deficiência Intelectual	DI	566	38	604
	Down	43	31	74
Deficiência Auditiva	DA	34	15	49
	Surdez	10	0	10
TGD/TEA (Transtorno do Espectro Autista)		198	368	566
Deficiência Visual	Baixa visão	89	9	98
	Cego	2	0	2
Deficiência Múltipla		140	50	190
Deficiência Física		49	31	80
Paralisia Cerebral		53	21	74
Surdocegueira		0	0	0
Altas Habilidades		59	15	74
TOTAL		1243	578	1821

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra. Ano: 2021

A partir dessa análise inicial do contexto municipal de Serra, realizamos a aplicação do questionário para as assessoras pedagógicas e diretores escolares, respectivamente apenas duas e três responderam.

De acordo com Fabris e Lopes (2013), todos vivem processos de in/exclusão e, para além desses, todos estão constantemente ameaçados por tal condição. Para entendermos o que seria in/exclusão, para as autoras, primeiramente precisamos pensar nos conceitos de discriminação positiva, a qual pensa em propor e pensar alternativas para compreender as especificidades de cada educando, já a discriminação negativa, ela usa das subjetividades para estigmatizar o indivíduo o inferiorizando. O termo de in/exclusão perpassa o limite de separação entre inclusão e exclusão, nos leva a refletir em como elas

se misturam e possuem suas potencialidades quando pensamos na perspectiva da discriminação positiva.

Podemos perceber a necessidade de se falar da experiência da inclusão até então nas escolas e compreender as condições em que se insere essa questão, para buscarmos meios para promover a mudança desses ambientes. Tendo em vista que estamos falando do processo de in/exclusão na modernidade claramente devemos pensar em como a subjetividade de cada indivíduo influencia no processo.

No entanto, ao olharmos a in/exclusão da forma que se estabelece como imperativo de estado, “[...], ou seja, que deve atingir a todos sem distinção e independentemente dos desejos dos indivíduos [...]” (FABRIS, LOPES, 2013, p.13), percebemos o conflito que existe em entender a especificidade do indivíduo com o todo, e partir disso, compreendermos a necessidade de conhecermos o todo, assim como a características individuais de cada educando e buscando um equilíbrio para estabelecer estratégias pedagógicas para se trabalhar com aquele grupo social.

Para construirmos uma educação inclusiva olharemos as divergências existentes no processo da inclusão, que se estabelece, em suma, quando historicamente esses corpos foram submetidos a não-aceitação, menosprezo, que os afastaram das relações sociais, foram separados e excluídos a partir da integração dos educandos, que até podem estar no ambiente escolar, mas são segregados no mesmo e esquecidos nos processos de ensino, consequência do preconceito tecido contra os diferentes ao longo dos anos.

Portanto, ao fazermos essa crítica radical à inclusão não iremos contra ela, mas sim buscaremos entender como ela se iniciou e poderemos identificar os problemas existentes atualmente e, porque ainda acontecem. Os sujeitos e a inclusão são também produtos das inúmeras técnicas de governamento sobre a população (FABRIS, LOPES, 2013).

Para entendermos a in/exclusão devemos olhar modernidade/subjetividade, onde o homem começa a buscar formas para compreender ele mesmo enquanto ser histórico e social e como isso impactou nos movimentos sociais que surgem para levantar essas questões da inclusão dos sujeitos historicamente oprimidos, que conflitam entre exclusão x inclusão que resulta na in/exclusão.

Resultados/Discussões

Inicialmente, os dados apresentados aqui seguem uma ordem das perguntas realizadas no primeiro questionário. No primeiro momento, a questão abordada deu-se na preocupação de entender como uma educação pode ter um sentido de qualidade referenciada pelos educandos público-alvo da educação especial e bem como dos familiares no momento atual de pandemia.

Pois, em meio a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as estratégias nos processos de ensino e aprendizagem do sistema de ensino do município de Serra, tiveram de ser reorganizadas para beneficiar a todos. Esse movimento foi necessário, em vista, de possibilitar segurança para cada um envolvido nesse contexto: educandos, professores e profissionais da educação, bem como, no compromisso que temos com uma formação de qualidade.

Nesse contexto, a SEDU/SERRA organizou um novo formato das disciplinas utilizando-se das tecnologias e atividades entregues como suporte educacional para os educandos matriculados em seu sistema de ensino. Esse novo formato a ser apresentado neste documento, tem como base, a Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020, que “[...] estabelece normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, durante o estado de calamidade pública” (BRASIL, 2020, s/n.). A partir desse contexto, as assessoras responderam que:

Não é uma ação fácil, mas é possível ter um olhar inclusivo mesmo em tempos de pandemia. Considero que para além da possibilidade, se faz necessário pensar formas e alternativas que garantam a todos o acesso ao conhecimento compartilhado, seja por meio de aulas online ou por meio de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL A, 2021).

A assessora de Educação Especial A traz em sua contribuição, que sim é possível promover uma educação inclusiva mesmo em tempos de pandemia, porém não é fácil. Esta alerta para a necessidade de um olhar inclusivo e a extrema importância do trabalho sistemático com a colaboração dos profissionais de educação especial e regentes. Em diálogo com os expostos Jannuzzi (2004) contribui para entendermos que esse olhar

inclusivo só será possível se não nos prendermos apenas no corpo com deficiências, pois, devemos entender como as relações entre as pessoas produzem as deficiências. Assim, um olhar inclusivo será resultado de aceitar as diferenças entre as pessoas e não ter um olhar que naturalize um corpo dito normal. Na segunda questão foi abordado sobre a relação entre Educação Especial e Ensino Comum para compreender como tem sido nesse momento de pandemia. As assessoras responderam que realizaram “[...] assessorias com todas as Unidades de Ensino, [...], com o foco de ouvir como os profissionais da educação estão realizando a busca ativa” (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL A, 2021).

Enquanto as escolas se mantiveram fechadas por conta do distanciamento obrigatório, em busca de formas para que o ensino continuasse, foi realizado um movimento para com as unidades de ensino, chegando ao total de 154, professores especialistas de Educação Especial, juntamente de todos os profissionais que atuam diretamente com esses alunos, incluindo diretores e pedagogos, para dialogarem sobre como estava a prática das aulas remotas, destacando seus pontos positivos e tentando resolver algo que não fosse adequado.

Buscando formas de adequar, propostas e diálogos, com intuito de continuar o ensino e a utilização de materiais concretos, que dialogassem com o currículo e muito além de um material impresso, foram além, preparando os profissionais com formações específicas para atuação em aulas presenciais e a distância, destacando também o uso dos recursos e da sala adaptada para o uso deles.

A junção de ideias e a comunicação nesse período foi de extrema importância, junto das escolas e das realidades dos alunos, que precisam ser pensadas, para poder oferecer o melhor acompanhamento neste período de distanciamento, não esquecendo da preparação para o retorno.

A partir da terceira questão aborda-se um ponto bastante importante na área do ensino comum e Educação Especial. A cooperação entre professores do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) está acontecendo? Quando falamos de horários, turnos, encontros e outros. Nos tempos de pandemia sabemos que é um assunto difícil. No processo de investigação dos questionários, aplicados para as assessoras pedagógicas, obtivemos as seguintes respostas:

Essa é uma orientação que perpassa os documentos construídos e as orientações nas assessorias. Percebemos que nem sempre acontece em

todas as Unidades de Ensino, mas é uma ação que estamos buscando investir e incentivar no coletivo de profissionais de cada escola (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL A, 2021).

[...] esse contexto de pandemia, possibilitou um trabalho entre grupo diferentes e ainda, que professores de sala de aula comum pudessem compreender como se dá o trabalho da Educação Especial (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL B, 2021).

Com base nas respostas das duas assessoras percebemos que ainda há barreiras na cooperação dos professores da Sala Regular de Ensino com o professor especialista. Entendemos que quando se trata de ensino, ainda mais na Educação Especial, nem sempre conseguimos um retorno de todos os professores embora seja algo de extrema importância.

Um ponto que nos chamou bastante atenção foi quando a assessora B, descreve pontos bastantes interessantes e importantes, sabemos que ainda existe resistência dos alunos público-alvo, porém, devido ao contexto atual pandêmico, este possibilita um trabalho entre diferentes grupos e turnos da mesma escola.

É fundamental que os professores saibam lidar com as diversidades, trabalhar a diversidade em uma comunidade reflexiva, tendo como ator o professor reflexivo, torna-se menos complexo, porque passamos a trilhar um caminho onde essas diferenças deixam de ser um problema, onde a escola e o professor devem trabalhar numa perspectiva coletiva e colaborativa.

Dando continuidade ao processo investigativo, propomos na quarta pergunta entender como está ocorrendo a organização para o atendimento dos alunos da Educação Especial em meio a pandemia. Assim, as assessoras responderam que:

Os serviços tanto o ensino regular quanto o AEE são oferecidos da mesma forma, presencial do formato híbrido ou de forma remota. Quem escolhe o modelo e o tipo de material e forma para receber são as famílias escola (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL B, 2021).

Dando conta dessas duas declarações percebemos que os atendimentos estão ocorrendo de forma acessível às famílias dos alunos público-alvo de forma presencial do formato híbrido ou de forma remota, deixando os familiares escolherem o tipo de material e formato para o aluno. Contudo, sabemos que é possível outras novas práticas curriculares no cotidiano escolar, potencializando da escolarização dos alunos que também são público-alvo da Educação Especial, com espera de diálogos, tentativas, perguntas, questionamentos, na condição de provocar importantes mudanças, transformar

o saber do aluno em novos saberes, esse é o papel do educador onde ensino e aprendizagem seja para todos os alunos.

Na quinta questão o debate foi sobre as possibilidades para a educação inclusiva na modalidade remota, pois, assim tivemos como intenção entender os caminhos possíveis.

Utilização de grupos de Whatsapp para cada ano/turma, um contato também individualizado com o estudante e com a família, orientação escrita de como desenvolver as APNPs, atividades pedagógicas concretas para complementar ou suplementar o currículo trabalhado, o diálogo constante com a família para conhecer o estudante (caso seja novo na escola) e também buscar compreender como está se desenvolvendo com as atividades encaminhadas (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL A, 2021).

O vírus da Covid – 19 chegou de maneira inesperada e intensa o que desestabilizou todo o mundo, e com isso a educação sofreu bastante desde então, tanto os educadores quanto os educandos foram impactados, e para os educadores que se inspiraram em ter uma educação cada vez mais inclusiva o ensino remoto se tornou mais um desafio, mas, mesmo assim a esperança de levar o ensino não pode ser totalmente interrompida, assim foram solicitados aos docentes a iniciação das aulas remotas.

Para o aluno ter acesso ao material é crucial conhecer se as famílias dos discentes seriam capazes de se equipar para o acompanhamento das aulas, para então, a partir dessas formas, foram pensados os materiais adequados conforme a necessidade de cada aluno. No meio disso, o WhatsApp virou um recurso para o contato da família/aluno com a escola/professores. O uso de grupos com essa ferramenta, atendimentos individualizados e atividades com roteiros escritos, facilitou para serem executadas em casa algumas tarefas e acabou sendo uma grande ajuda para esses tempos difíceis.

Assim, objetivamos na sexta questão abordar sobre o papel da gestão pública no processo de supervisão do trabalho realizado pelo professor ou professora do AEE, segundo as assessoras, esse processo acontece das seguintes maneiras:

A supervisão do trabalho se dá inicialmente pelo pedagogo e diretor. A Gerência de Educação Especial por meio das assessoras, durante as visitas às Unidades de Ensino também faz essa supervisão com o olhar de orientar e contribuir para avançar nas questões que tangem o AEE que o município de Serra investe no turno e contraturno de matrícula do estudante (ASSESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL B, 2021).

Diante a pesquisa com as assessoras descobrimos como funciona a supervisão do trabalho realizado pelo professor do AEE. Mesmo em momentos desafiadores da educação na pandemia a supervisão dos trabalhos realizados por esses professores continuam inicialmente por diretores e pedagogos de cada unidade escolar, mas existe também a gerência de Educação Especial que dão suportes e supervisionam mensalmente contribuindo com o sucesso desses profissionais.

Assim, na última questão abordamos sobre os principais desafios atualmente no trabalho colaborativo entre os docentes e quais os movimentos usados para solucioná-los. As respostas das gestoras apontam que há muito para se avançar ainda, mas, que se houvesse mais investimentos a situação pode melhorar. Segundo Vygotsky (1998) é por meio das relações sociais que o desenvolvimento vai acontecendo, sendo assim, podemos concluir que a mediação pedagógica favorece em resultados positivos aos alunos e ao trabalho colaborativo.

No segundo questionário, aplicado aos gestores das escolas, podemos analisar os desafios no processo de construção de práticas educativas presentes nos espaços escolares. Assim, ao compreendermos tais dificuldades, podemos entender também as articulações entre a secretaria municipal de educação com as escolas e quais são as influências para a constituição de práticas inclusiva. As respostas dos entrevistados apresentam inicialmente que os desafios principais são:

Temos dificuldade principalmente em relação a profissionais qualificados, estagiários e a grande rotatividade de profissionais. Além disso, algumas famílias delegam somente a escola a responsabilidade do atendimento, porém sabemos da necessidade de acionamento médico e multidisciplinar (GESTOR ESCOLAR A, 2022).

A partir dessa pergunta e baseando nas respostas com o texto é possível analisar que há uma grande dificuldade no município da Serra em se encontrar profissionais com qualificação/formação voltada à Educação Especial. Também é relatada uma dificuldade no diálogo com os familiares, onde os mesmos acham que é de responsabilidade da escola cuidar de todos os assuntos referente ao aluno, não tendo então uma troca. Assuntos como a busca pelo atendimento AEE e laudo médico.

Na segunda questão nos propomos a entender como a gestão da escola lida com as inquietações/anseios dos professores sobre a inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial, as respostas apontam que:

Destinando recurso para compra de ferramentas pedagógicas específicas para a Educação Especial [...] (GESTOR ESCOLAR B, 2022).

Diante do exposto podemos analisar uma certa dificuldade da gestão com fornecimento de material pedagógico específico para a Educação Especial. Não sendo só responsabilidade do gestor fornecer esses materiais, mas também do MEC com o amparo do programa “implantação de salas de recursos multifuncionais” que fornece equipamentos de informática, mobiliário, material pedagógico e de acessibilidade. Assim:

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibiliza com a filosofia da escola (SANT'ANA, 2005, p. 228).

Ao pensarmos sobre inclusão de alunos público-alvo da educação especial, reconhece-se a importância que o AEE possui no desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, sendo assim deve estar para além do atendimento no contraturno realizado na sala de recursos multifuncionais (SRM), perpassando todo o currículo escolar, pois, é um componente basilar para garantia da inclusão escolar (BORGES, ZIVIANI, PEROVANO, 2020). O AEE deve caminhar numa perspectiva a qual compreenda que o processo de ensino-aprendizagem se inicia na sala de aula comum, dessa forma ao pensarmos em estratégias, desafios e possibilidades da educação especial nos propomos a pesquisar a realidade do AEE no trabalho colaborativo e no contraturno em três unidades de ensino no município de Serra/ES.

A partir disso, intenciona-se que o trabalho do professor regente com o professor do AEE dialogue entre si diante do processo de aprendizagem e desenvolvimento do educando entendendo como um movimento contínuo, pois, o mesmo é um ser inacabado que se constrói historicamente e socialmente (BORGES, 2020). Nesse sentido é necessário pensar na promoção de um currículo mais flexível que busque valorizar as vivências de todos os educandos (BORGES, ZIVIANI, PEROVANO, 2020).

Assim, pensando na escola como espaço-tempo de desenvolvimento da aprendizagem podemos afirmar que ela precisa ser uma escola reflexiva, pois, é necessário que os atores envolvidos nos processos educativos possam partilhar de momentos em que o diálogo, a reflexão e o debate coletivo sejam inerentes ao ato educativo (ALARCÃO, 2001).

Embora, no município o AEE tenha contribuído de forma positiva para os avanços necessários da educação especial, é necessário refletir o conceito que temos por escola inclusiva, não basta apenas garantir o acesso ao AEE precisamos compreender que a educação acontece nos mais variados espaços. Portanto, possui um caminho diversificado para cada educando, afinal, nenhum deles se desenvolve da mesma maneira, temos que pensar no indivíduo e em suas especificidades, mas de forma que seu contexto seja levado em conta buscando possibilidades para aprendizagem de todos envolvidos no espaço-tempo do ambiente escolar. Pois, somente o AEE não dá conta de estabelecer as relações de colaboração e cooperação nos mais variados contextos e resolver todos os problemas, devemos compreender que a responsabilidade é de todo corpo docente não apenas do professor do AEE (BRASIL, 2001).

Nessa direção, ao colocarmos em debate sobre a potencialidade de uma escola reflexiva, a GESTORA ESCOLAR A como acontece o AEE colaborativo na sua rede de ensino para ser possível entender sobre essa escola reflexiva:

Os professores do colaborativo acompanham as crianças do público-alvo em sala de aula. Nesse início tem sido realizado processo de investigação e documentação. Há também uma troca entre os professores do colaborativo e regente de turma para que haja contexto nas atividades (GESTOR ESCOLAR A, 2022).

Podemos observar que o trabalho no ensino colaborativo na rede ensino tem se efetivado de forma que ultrapassa os limites da SRM, pois, através das trocas e diálogos repensam as ações docentes a partir do momento que começam a conhecer o educando em suas especificidades e potencialidades, buscando sempre o emancipar nesse processo. Assim, segundo Braun e Marin (2016, p. 211) “[...] a parceria entre professores é uma ação que precisa ser disseminada, ainda que nem sempre seja sistemática ou tranquila”. Acreditamos que, o processo do trabalho colaborativo no AEE estabelece muitos desafios aos educadores, que muitas vezes possuem medo de trabalhar em conjunto por acharem que podem perder sua autonomia na sala de aula, diante disso levantamos esse debate inicialmente em algumas escolas do nosso município de Serra/ES, a fim de que essa ideia seja rompida entre os profissionais da nossa rede de ensino, para que as potencialidades desse trabalho sejam evidenciadas.

Conclui-se que o AEE é uma ferramenta potente não só para os alunos público-alvo da educação especial também é muito importante para os demais alunos que poderão

receber oportunidade de um ensino estabelecido na troca de experiências a fim de construir novos saberes, nesse processo o educador deve estabelecer o seu papel como mediador. De acordo com Braun e Marin (2016, p. 212) “[...] o ensino colaborativo é especialmente uma forma de apoio para a escolarização de todos os alunos”. Os educandos que são envolvidos em uma educação com perspectiva inclusiva têm seus conhecimentos ampliados e potencializados, pois, acabam compreendendo o seu lugar e o do outro, se reconhecendo como cidadão que vive e interage socialmente com a pluralidade de ideias e pessoas.

Considerações Finais

Para finalizarmos este trabalho, retomamos o objetivo central que foi de compreender as articulações entre a gestão municipal de educação com a gestão escolar sobre as práticas educacionais inclusivas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no município de Serra no estado do Espírito Santo. Assim, duas assessoras e três diretores responderam ao nosso formulário produzido com a intencionalidade de compreender esse fenômeno. Com as respostas produzidas identificamos que eles acreditam na função e importância do AEE, mesmo em momento atual pandêmico. Que as dificuldades são inúmeras, mas, que nos movimentos colaborativos entre Gerência de Educação Especial, Escolas, famílias, professores e comunidade escolar há possibilidades no processo inclusivo.

Destaca-se ainda a importância de maiores investimentos para a educação pública brasileira, para a garantia de recursos materiais, técnicos e profissionais para as escolas. Nessa direção, aponta-se a demanda constante de contratação de novos profissionais da educação e bem como a formação constante dos profissionais já contratados.

Em suma, diante das entrevistas realizadas podemos concluir que, os desafios da gestão escolar para a inclusão de alunos público-alvo da educação especial no município de Serra/ES, tem ocorrido de forma progressiva, tendo vista que nessas três redes de ensino pesquisadas os educandos possuem acesso ao AEE seja de forma colaborativa ou no contraturno. No entanto, ao observamos como tem sido desenvolvido o processo da gestão educacional e escolar para esses indivíduos, percebemos algumas questões a serem trabalhadas e desenvolvidas, como, por exemplo o acesso a recursos mediados pela gestão

e a formação continuada para os profissionais da educação a fim de que busquem novas formas para realizar a avaliação do educando.

Por fim, concluímos que tudo que se faz na escola em si, é uma prática social, sendo assim a função do educador é dar sentido às práticas sociais através do conhecimento apresentado, contribuindo para formação intelectual e pessoal do discente, visando a sua emancipação social.

Referências

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Artmed Editora. Porto Alegre. 2001.

ALMEIDA, M. L. de.; JESUS, Denise. M; CUEVAS, M. R. C. Formação continuada de gestores públicos de educação especial pela via da pesquisa-ação: o caso da Região Sudeste e do Caparaó/ ES. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; PANTALEÃO, E. (Org.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos: Pedro & João, 2013. v. 1. p. 101-126.

ALMEIDA, M. L. **Formação continuada como processo crítico reflexivo colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004

ALMEIDA, M. L.; SILVA, R. R.; ALVES, J. B. O grupo de estudo-reflexão perspectiva teórico-metodológica para formação continuada: um estudo com gestores públicos de educação especial. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. n. esp.2, p. 1098-1118, nov. 2017. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10184>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10184>. Acesso em: 2022-10-04.

BORGES, C. S. **Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva**. Appris. Curitiba, 2020.

BORGES, C. S.; ZIVIANI, M. C. N.; PEROVANO, R. C. C. Atendimento educacional especializado no instituto federal do espírito santo: quais delineamentos? Quais modos de atuação do professor do atendimento educacional especializado?. **Revista Educação Especial em Debate** | v. 5 | n. 10 | p. 73-93| jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/32188>

BRASIL. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.

BRAUN, P.; MARIN, M. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Linhas. Florianópolis**, v. 17, n. 35, p. 193-215,

set./dez. 2016. Disponível em:
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016193>

CHIZZOTTI, A. Políticas públicas: direito de aprender e avaliação formativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 561-576, set./dez.,2016.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

JESUS, D. M. Inclusão Escolar na Escola Básica: articulando, pela via da pesquisa-ação-crítica, a formação de educadores sujeitos de conhecimento. *Cadernos de Pesquisa em Educação PPGÉ. UFES*, v. 12, p. 87-104, 2006.

_____. O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas? In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). *Educação especial: diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 139-160.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 128 pp.

SAGE, D. D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SERRA. Diretrizes Para A Educação Especial da Rede Municipal de Ensino da SERRA/ES. **Resolução CMES Nº 195/2016**. Serra, 2016, 71p.

SILVA, R. R. ALMEIDA, M. L. DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTITUIÇÃO DE UM FÓRUM DE GESTORES PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PELA VIA DO WEBSITE. In: **Anais do Congresso Brasileiro De Educação Especial**, 2014, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2014. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/desafios-e-possibilidades-na-constituicao-de-um-forum-de-gestores-publicos-de-educacao-especial-pela-via-do-website-?lang=pt-br>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6ª edição. Trad. José Cipolla Neto, Luis S. M. Barreto e Solange C. Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1998.